



## **Exame da legalidade do apoio russo às “forças de autodefesa da Crimeia” na crise ucraniana**

**Rafael Zelesco Barretto e Matheus de Moura Sena\***

### **Resumo**

No contexto da hodierna crise na Ucrânia, enfoca-se o apoio russo à atuação de forças independentistas na península da Crimeia. Após um resumo cronológico dos antecedentes e consequências da deposição do presidente ucraniano, descrevem-se argumentos favoráveis e contrários à licitude da conduta de Moscou em relação às autoproclamadas “forças de autodefesa da Crimeia”. Em sua defesa, alega-se a ilegalidade do governo ucraniano seguinte, a autodeterminação dos povos, a história da região, a proteção dos direitos dos habitantes russos da Ucrânia e o pedido do ex-governante ucraniano. Tais razões são analisadas à luz do direito internacional e refutadas com base no princípio da não intervenção. Conclui-se que o apoio russo à atuação dos separatistas na Crimeia violou a lei das nações.

### **Abstract**

In the context of the present crisis in Ukraine, this paper focuses on Russian support of separatist forces in Crimean peninsula. It starts with a chronologic summary of the antecedents and consequences of the deposition of the Ukrainian president. Next, the study addresses arguments that were employed both for and against legality the of Moscow’s acts relating to self-proclaimed "self-defense forces of Crimea". Favorable arguments include the illegality of post-deposition Ukrainian government, people’s right to self-determination, the history of the region, the protection of Russian Ukraine inhabitants’ rights, and the request of the impeached Ukrainian ex-president. The article examines these alleged reasons in the light of international law and refutes them in light of non-intervention principle. Its conclusion states that Russian support to the activities of Crimean separatists violated the law of nations.

### **1. Introdução**

Este artigo trata de um aspecto específico da crise ucraniana que se estende ao longo dos dois últimos anos, entre cujos prováveis resultados estará a primeira anexação

---

\* Rafael Zelesco Barretto é mestre e doutorando em Direito Internacional (UERJ). Professor substituto de Direito Internacional (UFRJ). Matheus de Moura Sena é Master of Laws em Direito Tributário Internacional pela New York University (NYU), pós-graduado em Direito Tributário (FGV) e graduado em Direito (UERJ). Advogado.

territorial em solo europeu ocorrida desde o fim da Segunda Guerra Mundial<sup>1</sup>. Abordar-se-á, perante o direito internacional, a autoproclamada independência da província ucraniana da Crimeia e seu subsequente pedido de incorporação à Federação Russa. Dentre os múltiplos aspectos envolvidos, selecionou-se o que parece mais problemático para a integridade do direito internacional: o apoio material da Federação Russa às denominadas “forças de autodefesa da Crimeia”, que acabou por possibilitar a secessão do território.

O tema da Crimeia foi escolhido em virtude de, no momento de redação destas linhas, a questão encontrar-se relativamente estabilizada e com perspectivas de permanecer assim no médio prazo. Ao contrário de outras frentes da Guerra Civil Ucraniana, a península da Crimeia já saiu totalmente da esfera de controle de Kiev. Parece ser uma boa ocasião para analisar juridicamente o que ocorreu ali.

O direito internacional trata guerras civis basicamente como problemas domésticos, ao menos no que diz respeito ao *ius ad bellum*. Portanto, as normas internacionais sobre as exceções à proibição do uso da força<sup>2</sup> não podem ser aplicadas à realidade de uma guerra civil, eis que foram desenhadas para aplicar-se em guerras interestatais. Exemplificativamente, quando alguns habitantes da Crimeia tomaram em armas contra o governo central ucraniano, não cometeram o crime internacional de agressão. Vale lembrar que esta dicotomia entre conflitos internacionais e não internacionais vem sendo relativizada no direito internacional humanitário. Neste último, é cada vez mais frequente aplicar os tratados de proteção aos direitos básicos das partes em conflito sem distinguir se há o caráter internacional ou não<sup>3</sup>.

Deixando a legitimidade do levante separatista da Crimeia em si, o artigo enfocará o elemento que internacionalizou tal conflito: o envolvimento ativo da Federação Russa na resistência dos paramilitares da península contra o governo ucraniano. Na conduta dos agentes russos, com efeito, reside a principal causa pela qual o conflito não só subsiste, como se multiplicou por diversas regiões da Ucrânia. Para que se possa avaliar coerentemente a situação atual a partir do direito internacional,

---

<sup>1</sup> HILLE, Kathryn. Vladimir Putin signs treaty to annex Crimea. Notícia veiculada no Financial Times, edição online de 18.mar.2014, disponível em: < <http://www.ft.com/cms/s/0/d93e4c7c-ae6d-11e3-8e41-00144feab7de.html#axzz33KrG4NiL> >. Acesso em 22.jan.2015. Também vale mencionar que a Ucrânia é o maior país situado inteiramente na Europa.

<sup>2</sup> Carta das Nações Unidas, capítulo VII.

<sup>3</sup> A respeito, ver KOLB, Robert; HYDE, Richard. An Introduction to the International Law of Armed Conflicts. Portland, Oregon: Hart Publishing, 2008, pags. 65-71.

pode ser útil retornar ao primeiro episódio significativo do confronto; justamente a anexação da maior península do Mar Negro pela Rússia.

Para alcançar este propósito, este trabalho abordará em primeiro lugar a crise ucraniana do inverno de 2013-2014 e seus desdobramentos na Crimeia por uma perspectiva histórica. A seção seguinte proporá uma análise jurídica sobre a ocorrência, adotando-se um modelo dialético: primeiramente serão expostos argumentos favoráveis à ação da Rússia em prol dos separatistas. Logo, razões contrárias serão aduzidas, para que se verifique se os argumentos iniciais se mantêm.

Antes de passar ao próximo apartado, é necessário advertir o leitor de que este texto, sendo de natureza jurídica, trata de analisar fatos, não de estabelecê-los. Desta forma, parte-se do pressuposto que a Federação Russa efetivamente auxiliou os rebeldes da Crimeia de modo efetivo e capaz de mudar as sortes do conflito. Entende-se que isto foi suficientemente comprovado pela cobertura da mídia internacional a respeito. Contudo, é evidente que, caso posteriormente seja verificado que o envolvimento russo foi nulo ou insignificante, o raciocínio e as conclusões alcançadas neste trabalho ficarão relegados a um exercício acadêmico abstrato. Até o momento, porém, parece que não há dúvida sobre o fato de agentes russos, com o consentimento de seu governo, haverem se imiscuído no conflito interno ucraniano, tendo contribuído decisivamente para a derrota do governo de Kiev perante o pleito separatista da província litorânea.

## **2. A crise na Ucrânia e a emergência das “forças de autodefesa da Crimeia”**

O presidente ucraniano Viktor Yanukovich foi eleito em 2010 para um mandato de cinco anos. Em novembro de 2013, recusou-se a assinar um acordo comercial com a União Europeia, preferindo estreitar os laços entre seu país e a Federação Russa. Tal mudança de posicionamento repercutiu mal na capital Kiev e em outras cidades da Ucrânia, especialmente naquelas próximas aos Estados da UE. Em consequência, desencadearam-se protestos maciços em vários locais do país. A Praça da Independência, em Kiev, ficou internacionalmente conhecida, sendo popularmente rebatizada de “Euromaidan”, ou “Europraça”, nome que terminou por designar todo o evento dos protestos populares. Durante o inverno de 2013-2014, manifestantes ocuparam a praça, recusando-se a abandoná-la e mantendo uma conduta desafiadora que logo foi objeto de repressão por parte das forças policiais<sup>4</sup>. No fim de fevereiro, os

---

<sup>4</sup> RT.COM. Ukrainian police violently eject pro-EU protesters from Kiev square. Notícia de 30.nov.2013, disponível em < <http://rt.com/news/ukraine-police-disperse-protest-509/> >. Acesso em: 22.jan.2015.

choques entre manifestantes e policiais já haviam deixado ao menos 103 mortos, 1.669 feridos e 144 desaparecidos<sup>5</sup>.

Em 21 de fevereiro, o presidente Yanukovich concordou em assinar um acordo que restauraria a Constituição Ucraniana em sua versão de 2004. É preciso explicar que a lei fundamental deste país data de 1996, tendo sido amplamente reformada por emendas constitucionais em 2004. O escopo destas alterações havia sido conduzir o país do modelo de governo presidencialista ao parlamentarismo, conferindo maiores poderes ao Legislativo em detrimento da figura do presidente. Contudo, em 2010, uma decisão da Corte Constitucional da Ucrânia declarara a inconstitucionalidade da reforma e a versão de 2004 da lei suprema fora feita ineficaz. Vale mencionar que tal decisão da Corte Constitucional foi controversa, tendo sido criticada pela Comissão de Veneza, o órgão de consulta do Conselho Europeu sobre assuntos constitucionais<sup>6</sup>.

Logo após a conclusão do acordo, porém, Yanukovich teria se negado a assinar a lei que reinstauraria as emendas de 2004<sup>7</sup>, tendo sido subsequentemente retirado do poder por uma votação do Rada (parlamento ucraniano). No dia seguinte, em 22 de fevereiro, o parlamento elegeu um novo presidente interino, na figura do congressista Oleksandr Turchynov, além de reinstaurar as emendas constitucionais aludidas. O novo governo foi logo reconhecido pela ONU, pela UE e pelos EUA, enquanto a Rússia criticou veementemente o episódio. O antigo presidente mantém que não renunciou ao cargo e que seria, portanto, o líder legítimo da Ucrânia.

A troca de governo não foi bem recebida nas áreas da Ucrânia onde a influência russa é maior: o leste do país e a península da Crimeia. Nesta, que abriga a sede da poderosa Frota do Mar Negro da marinha de guerra russa, a onda de protestos assumiu um caráter contrário ao novo governo, e as autoridades locais passaram a defender seu direito de secessão da Ucrânia, alegando a ilegalidade da administração Turchynov e o

---

KRAMER, Andrew E. Governo ucraniano rastreia celulares de manifestantes. Notícia veiculada na Folha de São Paulo, edição online de 21.jan.2014, disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/01/1400953-governo-ucraniano-rastreia-celulares-de-manifestantes.shtml> >. Acesso em: 22.jan.2015. BBC. Ukraine President Yanukovich sacks army chief amid crisis. Notícia veiculada em 19.fev.2014, disponível em: < <http://www.bbc.com/news/world-europe-26265808> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>5</sup> BILYCH et al. The Crisis in Ukraine: Its Legal Dimensions. Relatório produzido pela ONG Razom, disponível em: < <http://razomforukraine.org/report> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>6</sup> Ver COMISSÃO DE VENEZA. Opinion on the Constitutional Situation in Ukraine, disponível em: < [http://www.venice.coe.int/webforms/documents/default.aspx?pdffile=CDL-AD\(2010\)044-e](http://www.venice.coe.int/webforms/documents/default.aspx?pdffile=CDL-AD(2010)044-e) >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>7</sup> Este fato, contudo, ainda é controverso. Ver SINDELAR, Daisy. Was Yanukovich's Ouster Constitutional? Notícia veiculada pela Radio Free Europe – Radio Liberty em 01.jun.2014, disponível em: < <http://www.rferl.org/content/was-yanukovichs-ouster-constitutional/25274346.html> >. Acesso em: 22.jan.2015.

atropelo da autodeterminação da minoria russófona quando a decisão do presidente anterior de buscar laços mais profundos com a Rússia fora revertida pela força. Neste contexto, autoridades e locais ligados ao governo nacional, bem como ativistas pró-Euromaidan e jornalistas, começaram a ser atacados por indivíduos mascarados<sup>8</sup>. Estes foram primeiramente identificados como habitantes locais que operavam ilegalmente a favor de uma república independente da Crimeia<sup>9</sup>. Contudo, à medida que todos os edifícios governamentais e delegacias policiais eram ocupados, e enquanto os políticos contrários à secessão eram depostos, o envolvimento de tropas de elite russas começou a revelar-se<sup>10</sup>. Patrulhas de estilo militar usando uniforme sem insígnias nacionais passaram a percorrer o território, empregando a força para remover funcionários leais a Kiev e controlar os aeroportos locais<sup>11</sup>. Nos primeiros dias de março, todas as bases militares na Crimeia haviam sido ocupadas ou cercadas pelas forças pró-Rússia. O Kremlin, contudo, manteve-se oficialmente distante destas ações, afirmando tratar-se de forças de autodefesa formadas pela população local. O presidente russo Vladimir Putin reconheceria mais tarde que haviam sido apoiadas por especialistas russos<sup>12</sup> ainda antes do referendo sobre a independência da região.

Aproveitando o panorama favorável, o Conselho Supremo da Crimeia realizou um referendo em 16 de março de 2014<sup>13</sup>. Os eleitores puderam optar entre duas propostas: a “reunificação” da Crimeia com a Rússia ou a restauração da Constituição da Crimeia de 1992, que definia a região como um “Estado soberano”, mas a mantinha nominalmente na Ucrânia. Note-se que esta lei suprema da Crimeia vigorou durante

---

<sup>8</sup> HUMAN RIGHTS WATCH. Crimeia: Attacks, ‘Disappearances’ by Illegal Forces. Notícia veiculada em 14.mar.2014, disponível em: < <http://www.hrw.org/news/2014/03/14/crimea-attacks-disappearances-illegal-forces> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>9</sup> ALJAZEERA. Pro-Ukraine activists attacked in Crimea. Notícia veiculada em 09.mar.2014, disponível em: < <http://www.aljazeera.com/news/europe/2014/03/pro-ukraine-activists-attacked-crimea-201439162353480960.html> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>10</sup> AFP. Russian special forces on Crimea frontline: experts. Notícia veiculada em 04.mar.2014, disponível em: < <http://gulfnews.com/news/world/other-world/russian-special-forces-on-crimea-frontline-experts-1.1299168> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>11</sup> BBC. Ukraine crisis: ‘Russians’ occupy Crimea airports. Notícia veiculada em 28.fev.2014, disponível em: < <http://www.bbc.com/news/world-europe-26379722> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>12</sup> RT. Putin acknowledges Russian military servicemen were in Crimea. (sic) Notícia veiculada em 17.abr.2014, disponível em: < <http://rt.com/news/crimea-defense-russian-soldiers-108/> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>13</sup> “On March 6, 2014, the Crimean Parliament adopted a resolution ‘On the all-Crimean Referendum.’ Under the resolution, voters were to get a ballot with only two options: (1) Are you in favor of the reunification of Crimea with Russia as a part of the Russian Federation? and (2) Are you in favor of restoring the 1992 Constitution and the status of Crimea as a part of Ukraine? A return to the 1992 Constitution, adopted after the Soviet collapse but quickly thrown out by post-Soviet Ukraine, would effectively provide for Crimea’s independence, while technically allowing it to remain part of Ukraine. Voters had to mark one option affirmatively, but had no option to vote for the status quo.” BILYCH et al., op.cit., pag.22.

poucos meses, tendo sido alterada em setembro de 1992 após negociações com Kiev que concederam maior autonomia à península<sup>14</sup>. Como se pode ver, o referendo não trazia a alternativa de permanecer no *status quo*.

Realizada a consulta popular, seu controverso resultado apoiava a independência<sup>15</sup>. Imediatamente, o Conselho Supremo declarou a independência da Crimeia, requisitando no mesmo ato sua admissão à Federação Russa. Dois dias depois, em 18 de março, a Rússia e as autoridades locais assinaram um tratado de acesso<sup>16</sup>. As forças ucranianas, cercadas por tropas russas e separatistas, abandonaram a Crimeia em 24 de março, após ordem de Kiev<sup>17</sup>. Três dias depois, uma resolução da Assembleia Geral da ONU condenava tanto a realização do referendo quanto a alteração territorial<sup>18</sup>.

### **3. A legalidade da atuação das forças de autodefesa da Crimeia**

Os “homenzinhos de verde”, como foram chamados pela população local devido à cor de seu uniforme<sup>19</sup>, compuseram sem dúvida a espinha dorsal do movimento que culminou nos eventos acima narrados. Esta seção do artigo analisará a legalidade de suas ações no contexto da crise ucraniana. Como a situação é extremamente recente e não isenta de controvérsia, tal valoração adotará um modelo dialético, conforme

---

<sup>14</sup> MINORITIES AT RISK PROJECT. Chronology for Crimean Russians in Ukraine, 2004. Disponível em: < <http://www.refworld.org/docid/469f38ec2.html> >. Acesso em: 13.fev.2015.

<sup>15</sup> Dados oficiais do governo russo mencionam 81% de comparecimento às urnas e 96% de votos pró-independência. Outros dados, paradoxalmente obtidos junto ao órgão governamental russo de defesa dos direitos humanos, indicam comparecimento de 30-50%, com metade destes votando pela secessão. Os números oficiais podem ser vistos em: RT. Crimea declares independence, seeks UN recognition. Notícia veiculada em 17.mar.2014, disponível em: < <http://rt.com/news/crimea-referendum-results-official-250/> >. Acesso em: 22.jan.2015. Os outros resultados estão em: GREGORY, Paul Roderick. Putin's 'Human Rights Council' Accidentally Posts Real Crimean Election Results. Notícia veiculada pela Forbes em 05.mai.2014, disponível em: < <http://www.forbes.com/sites/paulroderickgregory/2014/05/05/putins-human-rights-council-accidentally-posts-real-crimean-election-results-only-15-voted-for-annexation/> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>16</sup> BBC. Ukraine crisis: Putin signs Russia-Crimea treaty. Notícia veiculada em 18.mar.2014, disponível em < <http://www.bbc.com/news/world-europe-26630062> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>17</sup> GUMUCHIAN, Marie-Louise e BUTENKO, Victoria. Ukraine orders Crimea troop withdrawal as Russia seizes naval base. Notícia veiculada pela CNN em 25.mar.2014, disponível em < <http://edition.cnn.com/2014/03/24/world/europe/ukraine-crisis/> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>18</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas. Resolução 68/262, de 27.mar.2014. Disponível em: < [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/68/262](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/68/262) >. Acesso em: 13.fev.2015. O instrumento foi adotado por 100 votos a favor, 11 contrários e 58 abstenções. O debate das delegações nacionais a respeito foi sintetizado em: ONU. General Assembly adopts resolution calling upon states not to recognize changes in status of Crimea region. Disponível em: < <http://www.un.org/News/Press/docs/2014/ga11493.doc.htm> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>19</sup> Os soldados russos que atuaram na Crimeia usavam uniformes militares verdes simples, sem qualquer insígnia que tornasse possível a identificação de sua nacionalidade. BERRY, Lynn. Putin Admits Russian Soldiers Were In Crimea, Slams West For Role In Ukraine Crisis. The Huffington Post. 17.abr.2014. Disponível em: < [http://www.huffingtonpost.com/2014/04/17/putin-ukraine\\_n\\_5165913.html](http://www.huffingtonpost.com/2014/04/17/putin-ukraine_n_5165913.html) >. Acesso em: 13.fev.2015.

adiantado acima. Em primeiro lugar serão arrolados argumentos em favor da legalidade destes agentes, para em seguida tratar das críticas que podem ser dirigidas aos mesmos. Advirta-se que, por questões de política internacional, o governo russo denegou sistematicamente qualquer tipo de envolvimento militar no conflito, apresentando a secessão da Crimeia como resultado da luta dos próprios habitantes russófilos do lugar. Portanto, os argumentos abaixo expostos só foram oficialmente empregados pela Rússia como justificativa para a licitude dos atos dos rebeldes e para criticar a resistência do governo central. Mas Moscou não se baseou nessas razões para interferir na Crimeia. Oficialmente, o Kremlin não promovia tal política governamental. Contudo, é evidente que, em virtude das amplas proibições de uso da força e intervenção em assuntos nacionais constante da Carta das Nações Unidas, tais argumentos são os únicos possivelmente aptos a legitimar a ação da Rússia – que, conforme já advertido, é tomada neste artigo como um fato.

### **3.1 Argumentos pela legalidade do apoio russo às forças de autodefesa da Crimeia**

Um dos mais fortes argumentos no qual os “homenzinhos de verde” e seus defensores se baseavam era a ilegalidade do governo de Kiev após a deposição do presidente Yanukovich. Na prática, este havia sido deposto por uma votação simples do Rada, na qual 328 dos 447 deputados consideraram que o mandatário já havia renunciado, por encontrar-se ausente do país. Posteriormente, viu-se que Yanukovich ainda se encontrava em solo ucraniano, embora houvesse abandonado a capital. As circunstâncias da deposição do governante permanecem confusas, embora esteja claro que, em 22 de fevereiro, data da decisão parlamentar, uma expressiva maioria de legisladores não o reconhecia mais como chefe de Estado.

Segundo a Constituição da Ucrânia, o presidente pode sofrer um processo de impeachment por parte do parlamento nos casos em que for acusado pela prática de alguns crimes graves, como traição. O artigo 111 da lei suprema disciplina tal procedimento. Exige-se um itinerário detalhado, com uma votação inicial para abrir o processo de impedimento, a formação de uma comissão parlamentar para realizar as investigações, um parecer da Corte Constitucional acerca da legalidade do

procedimento, e uma votação final, na qual são necessários 338 votos para remover o chefe de Estado<sup>20</sup>.

No caso em tela, o Rada não utilizou o mecanismo constitucional do impeachment, o que teria sido impossível no curto espaço de tempo em que deliberou, preferindo declarar a sucessão presidencial a partir de um suposto abandono do cargo por parte do presidente. É controverso se tal renúncia realmente ocorreu.

Como se pode ver, a correção jurídica da deposição do presidente Yanukovich é extremamente duvidosa. A partir daí, o argumento favorável aos ativistas da Crimeia prossegue lembrando que estes lutavam contra um governo central ilegal e ilegítimo<sup>21</sup>. O fato de que aquele governo havia sido aceito por boa parcela da população no restante da Ucrânia não convalidaria o modo espúrio com que alcançara o poder. Na verdade, o apoio popular ao golpe de Estado parlamentar reduziria extremamente as opções da Crimeia, que se veria forçada a abandonar a Ucrânia ou a obedecer a líderes golpistas.

Tal argumentação se escora nos instrumentos internacionais que defendem a democracia como um dos valores supremos a ser mantido pelos diversos Estados<sup>22</sup>. Nos tempos atuais, também é possível defender que o costume internacional, se não impõe a todos os Estados uma forma de governo democrática, veda que aqueles nos quais já existem regimes deste gênero retrocedam de modo arbitrário rumo a governos autoritários. As Nações Unidas mantêm a posição de que, se a democracia não é um direito humano em si, é condição praticamente imprescindível à realização dos demais direitos fundamentais<sup>23</sup>.

Logo, a Rússia não teria violado o direito internacional ao auxiliar os separatistas peninsulares, pois a Ucrânia já teria infringido gravemente este direito ao

---

<sup>20</sup> BILYCH et al., op.cit., pags. 3-4.

<sup>21</sup> A respeito, por exemplo, pode-se citar a manifestação da delegação do Equador na Assembleia Geral, explicando que se abstivera na votação da Resolução 262/68, que condenava as ações russas e o referendo de independência da Crimeia, porque tal documento não havia mencionado o contexto histórico imediatamente anterior, que teria dado causa à situação tratada na Resolução, e que o Equador descreveu como o estabelecimento de um governo irregular na Ucrânia, que teria removido um presidente democraticamente eleito através de um procedimento obscuro. Assembleia Geral da ONU. A/68/PV.80. Transcrição oficial da 80ª reunião plenária da 68ª Assembleia Geral, em 27.mar.2014, pag. 24. Disponível em: < [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/68/PV.80](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/68/PV.80) >. Acesso em: 13.fev.2015.

<sup>22</sup> Por exemplo, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, em seu art. 25: “Todo cidadão terá o direito e a possibilidade, sem qualquer das formas de discriminação mencionadas no artigo 2 e sem restrições infundadas: (a) de participar da condução dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos; (b) de votar e de ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a manifestação da vontade dos eleitores; (c) de ter acesso, em condições gerais de igualdade, às funções públicas de seu país.”

<sup>23</sup> ONU. The human rights normative framework. Disponível em < [http://www.un.org/en/globalissues/democracy/human\\_rights.shtml](http://www.un.org/en/globalissues/democracy/human_rights.shtml) >. Acesso em 22.jan.2015.



depor o governante constitucional e manter um governo golpista, o que lhe retiraria a legitimidade para reivindicar sua integridade territorial no plano internacional<sup>24</sup>.

O segundo grande argumento em defesa da atuação das forças de autodefesa é o princípio da autodeterminação dos povos, consagrado na Carta das Nações Unidas<sup>25</sup> e em resoluções marcantes da Assembleia Geral, além dos principais tratados universais de direitos humanos<sup>26</sup>. Segundo o princípio de autodeterminação, uma coletividade que se reconheça como um povo e que possua alguns requisitos objetivos que permitam sustentar tal pretensão deve poder decidir livremente sobre seu futuro. Caso esta coletividade seja uma minoria dentro de algum Estado, o governo deste não pode impedir a expressão e a difusão da cultura daquela minoria<sup>27</sup>. Neste sentido, a posição a favor das forças de autodefesa lembraria que o gatilho para o início da crise foi a negativa do presidente Yanukovich em assinar o tratado comercial com a União Europeia, entendendo melhor prosseguir em uma política de aproximação econômica com a Rússia. Tal projeto do presidente corresponderia aos anseios de uma parte expressiva da população da Ucrânia, dentre os quais a maioria dos habitantes da Crimeia. Posteriormente, a política de Kiev, que partia de um presidente eleito democraticamente, teria sido radicalmente alterada por fatores estranhos à democracia e à normalidade constitucional. Desta forma, a escolha do novo governo por manter relações privilegiadas com a UE ao invés do vizinho do leste violaria a autodeterminação da população de cultura russa residente na Ucrânia e majoritária na Crimeia.

O argumento prosseguiria afirmando o princípio de autodeterminação como mais importante que a soberania nacional, sempre que tal soberania tenha sido usada em desfavor da minoria em questão. A secessão seria, assim, um dos possíveis corolários da autodeterminação dos povos, que poderia ser empregada quando os demais modos de garantir a liberdade de escolha e a sobrevivência cultural de uma minoria falhassem ou

---

<sup>24</sup> Foi esta aproximadamente a linha de argumentação empregada pelo ministro das relações exteriores da Rússia na discussão que precedeu a votação da Resolução 262/68. Contudo, o chanceler Churkin não se referiu à atuação de forças russas, preferindo apontar a secessão como a única resposta que os habitantes da Crimeia enxergaram frente às violações constitucionais de Kiev. Assembleia Geral da ONU. A/68/PV.80. Transcrição oficial da 80ª reunião plenária da 68ª Assembleia Geral, em 27.mar.2014, pag. 24. Disponível em: < [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/68/PV.80](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/68/PV.80) >. Acesso em: 13.fev.2015.

<sup>25</sup> Carta das Nações Unidas, arts. 1º §2º, 55 etc.

<sup>26</sup> A exemplo do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos art. 1º (1): “1. Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.”

<sup>27</sup> OETER, Stefan. Self-determination. In: SIMMA, Bruno et al. (orgs.) The Charter of the United Nations: A Commentary, volume I. Nova York: Oxford University Press, 2012, pages. 320-328.

não pudessem ser aplicados<sup>28</sup>. Trata-se do conceito de “*remedial secession*”, frequentemente empregado pelos defensores da independência do Kosovo. A respeito, o presidente Putin fez questão de citar, em seu discurso de submissão ao parlamento da proposta de ingresso da Crimeia e Sebastopol<sup>29</sup> na Federação Russa, que os Estados ocidentais críticos à independência da península estariam julgando a situação a partir de critérios diametralmente opostos aos empregados para tratar do caso do Kosovo. Em 1999, a Europa e os EUA não haviam, segundo o líder russo, hesitado ao afirmar que a autodeterminação dos kosovares justificaria sua separação da (então) Iugoslávia. Já em 2014, perante outra minoria oprimida, os aliados ocidentais se perfilaram ao lado do governo central, o que Putin considerou um “cinismo primitivo”<sup>30</sup>.

Um terceiro argumento em prol da atuação das forças de autodefesa refere-se à história da região, e ao modo como a Crimeia veio a integrar a Ucrânia. Na verdade, a península foi transferida da então República Federal Socialista Soviética da Rússia para a República Socialista Soviética da Ucrânia por uma ordem do líder da União Soviética Nikita Khrushchev em 1954<sup>31</sup>. Na época, a transferência não causou grandes mudanças, pois ocorreu entre os componentes de um mesmo país. Quando da dissolução da URSS, porém, a Ucrânia permaneceu com a Crimeia<sup>32</sup> – o que, segundo o presidente Putin, consistiu em um “roubo” contra a Rússia, que contudo teria aceito o *status quo* somente para manter boas relações com o novo vizinho<sup>33</sup>. Portanto, na trilha deste raciocínio, a Rússia teria os mesmos, ou mais, títulos históricos sobre a Crimeia que a Ucrânia. Seria por isso que, quando da formação dos Estados sucessores da URSS, ambos

---

<sup>28</sup> OETER, op.cit., pags. 329 ss.

<sup>29</sup> A península da Crimeia divide-se administrativamente em duas entidades: a cidade de Sebastopol, importante porto localizado no litoral sul, configura uma cidade especial com aproximadamente o mesmo *status* da capital ucraniana, Kiev. O restante da Crimeia forma a “República Autônoma da Crimeia”. A Rússia manteve este modelo, classificando Sebastopol como uma “cidade federal” e a Crimeia como “República da Crimeia”. Como os dois entes estão na península da Crimeia e atravessam a crise de modo semelhante, o texto utilizará somente o termo “Crimeia” para ambos.

<sup>30</sup> PUTIN, Vladimir V. Address by President of the Russian Federation (sic). Discurso proferido no Kremlin em 18.mar.2014, disponível (tradução em inglês) em <http://eng.kremlin.ru/news/6889>. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>31</sup> QUIGLEY, John. Finding a Way Forward for Crimea. Postagem no blog do Cambridge Journal of International and Comparative Law, disponível em < <http://cjl.org.uk/2014/03/05/john-quipley-finding-way-forward-crimea/> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>32</sup> Na época, o *status* final da Crimeia gerou muitas tensões na Ucrânia. Muitos habitantes das principais cidades da península eram parentes de funcionários da marinha russa, estabelecidos na Ucrânia por conta do serviço na Frota do Mar Negro. Estes desejavam permanecer na Rússia, tendo inclusive votado em massa contra a independência da Ucrânia em relação à União Soviética. Ver: MINORITIES AT RISK PROJECT. Chronology for Crimean Russians in Ukraine, 2004. Disponível em: < <http://www.refworld.org/docid/469f38ec2.html> >. Acesso em: 13.fev.2015.

<sup>33</sup> PUTIN, Vladimir V. Address by President of the Russian Federation (sic). Discurso proferido no Kremlin em 18.mar.2014, disponível (tradução em inglês) em < <http://eng.kremlin.ru/news/6889> >. Acesso em: 22.jan.2015.

concordaram em manter Sebastopol, na Crimeia, como base da Frota do Mar Negro da esquadra russa. A conclusão seria que os habitantes da Crimeia teriam tanto direito de permanecer na Ucrânia quanto de optar pelo retorno à Rússia. As disposições constitucionais ucranianas, que requerem um referendo de âmbito nacional para a aprovação da secessão de qualquer território<sup>34</sup>, não se aplicariam a uma região que foi incorporada à força ao país.

Outra ideia em suporte da legitimidade dos “homens de verde” e de seu apoio pelo Kremlin seria a defesa dos direitos básicos dos habitantes de língua e cultura russa da Crimeia, os quais estariam sendo objeto de violência<sup>35</sup> por parte de ativistas intolerantes ligados ao “Euromaidan” e ao governo de Kiev, tomado por políticos de tendências nacionalistas<sup>36</sup>. Neste sentido, seria importante considerar que muitos integrantes da minoria russa possuem dupla nacionalidade e passaporte russo, sendo portanto também cidadãos daquele país, que poderia intervir em seu favor caso as autoridades locais se mostrassem hostis.

Por fim, vale mencionar um argumento poderoso em defesa da intervenção russa na Ucrânia. Como as forças de autodefesa foram, em grande parte, apoiadas ou integradas por tropas russas, o possível sucesso deste argumento interessará também a tais organizações paramilitares. Trata-se da figura da intervenção a pedido<sup>37</sup>. A estrutura deste discurso é simples: supondo que a deposição do presidente Yanukovich foi ilegal de acordo com o direito interno ucraniano, outros Estados teriam o direito (e, em um primeiro momento, até o dever) de seguir reconhecendo o desventurado mandatário como governante legítimo. Neste sentido, caso tropas de um Estado que reconhecesse em Yanukovich o verdadeiro presidente da Ucrânia ingressassem no país a pedido deste, não se trataria de uma agressão, mas de uma intervenção a pedido. Como o chefe de Estado é a voz de seu país nas relações internacionais<sup>38</sup>, um pedido explícito neste

---

<sup>34</sup> Constituição da Ucrânia: “*Article 73: Issues of altering the territory of Ukraine are resolved exclusively by an All-Ukrainian referendum.*” Disponível em < [https://www.constituteproject.org/constitution/Ukraine\\_2004.pdf](https://www.constituteproject.org/constitution/Ukraine_2004.pdf) >, acesso em: 22.jan.2015.

<sup>35</sup> MAMLYUK, op. cit.

<sup>36</sup> MAMLYUK, Boris N. Intervention and Colonialism as Responses to Alleged Fascism. Postagem no blog *Opinio Juris*, disponível em < <http://opiniojuris.org/2014/03/17/ukraine-insta-symposium-intervention-colonialism-responses-alleged-fascism/> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>37</sup> A respeito, ver DINSTEN, Yoram. *War, Aggression and Self-Defence*, 5ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, pags. 281-282.

<sup>38</sup> MELLO, Celso R.D.A. *Curso de Direito Internacional*, vol. II, 15ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, pag. 1369.

sentido automaticamente conciliaria a soberania nacional com a entrada das forças armadas estrangeiras<sup>39</sup>. Portanto, a intervenção russa teria sido legal.

Ora, o presidente deposto Yanukovich efetivamente pediu, em 1º de março de 2014, auxílio russo para restaurar a ordem na Ucrânia. O mesmo foi feito pelo primeiro-ministro da Crimeia, ainda antes do referendo de independência<sup>40</sup>. Desta forma, como a Rússia não havia em nenhum momento procedido ao reconhecimento do governo Turchynov, ela estaria livre para apoiar os requerentes e efetuar a intervenção. Consequentemente, ao menos a partir de 1º de março, as ações dos integrantes das forças de autodefesa, ucranianos ou russos, teriam uma maior presunção de legalidade, pois seriam apoiadas pelo próprio governo da Ucrânia, na figura do presidente Yanukovich.

### **3.2 Argumentos contrários à legalidade da atuação das forças de autodefesa da Crimeia**

O primeiro argumento acima exposto fazia referência à ilegalidade da deposição de Yanukovich. Embora o procedimento que culminou em sua derrubada realmente seja controverso e de duvidosa correção perante o direito constitucional ucraniano, este fato não é justificativa suficiente para o apoio externo a ações armadas de grupos paramilitares contrários ao governo central. Deve-se lembrar que a soberania estatal independe da forma de governo da qual o país se reveste<sup>41</sup>. Na verdade, um dos corolários da soberania é exatamente não precisar da aprovação externa para os procedimentos domésticos do governo<sup>42</sup>. O governo será soberano na medida em que

---

<sup>39</sup> Um panorama sobre a situação atual deste conceito, concluindo que pode ser admitido a princípio, encontra-se em NOLTE, Georg. *Intervention by Invitation*. In: WOLFRUM, Rüdiger (org.) *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, disponível em < <http://opil.ouplaw.com/view/10.1093/law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e1702?rskey=UZxXqA&result=2&prd=EPIL> >, acesso em: 22.jan.2015.

<sup>40</sup> LENTA.RU. Чуркин сообщил об обращении Януковича к Путину. *Notícia veiculada em 04.mar.2014*, disponível em < <http://lenta.ru/news/2014/03/04/yanukovich/> >. Acesso em 22.jan.2015. ONU. Relatório S/PV.7124 sobre a 7124ª reunião do Conselho de Segurança, pag. 5. Disponível em < [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/PV.7124](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.7124) >, acesso em 22.jan.2015.

<sup>41</sup> MELLO, Celso R.D.A. *Curso de Direito Internacional*, vol.II, 15ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, pag. 1370: “Não cabe ao Estado estrangeiro apreciar a legitimidade de um chefe de Estado. Esta questão da escolha do chefe de Estado pertence ao domínio reservado dos Estados. É a aplicação do princípio da autodeterminação.” Acrescente-se que isso pode ser enxergado como a norma geral, admitindo derrogações em casos extremos. Como será argumentado mais adiante, não parece que o panorama ucraniano autorizasse a resistência ao novo governo com o auxílio de forças estrangeiras.

<sup>42</sup> “Por mais avassalador que tenha sido a introdução do conceito de interdependência, tida como condição necessária nas organizações internacionais e a afirmação da tônica da cooperação como um dos traços primordiais do Direito Internacional, ainda permanecem firmes, em primeiro lugar, os conceitos que constituem os pressupostos desse Direito, ou seja, a soberania dos Estados e sua independência, e, em segundo, a existência de deveres internacionais correlatos a tais situações subjetivas. No que diz respeito

ele não estiver obrigado a prestar contas de seus atos internos a outros Estados – a não ser que tenha voluntariamente limitado seu poder de atuação através de alguma manifestação válida de vontade no plano internacional. É evidente que tal noção precisa ser relativizada para que não se caia no absoluto voluntarismo estatal, que impediria o respeito ao direito internacional. Porém, é consenso hoje que o debate sobre as restrições à soberania se ancora na hipótese de governos que a empreguem para violar gravemente os direitos humanos de seus súditos. É muito duvidoso que os eventos de fevereiro de 2014 tenham violado os direitos dos ucranianos de forma tão grave a justificar a secessão de uma parte do país.

Na verdade, a sucessão presidencial de 2014 em Kiev parece ser um caso difícil, no qual os dois lados possuem bons argumentos sustentando sua posição. Os partidários de Yanukovich apontam que este fugiu da capital sob ameaças dos manifestantes, e que foi subsequentemente traído pelo parlamento, o qual aproveitou a oportunidade para declarar, de modo intempestivo, a vacância do cargo presidencial. Já os apoiadores de Turchynov afirmam que a Ucrânia se encontrava em uma grave crise política causada pelo próprio governo, ao ordenar às forças policiais que dispersassem os manifestantes, que os prendessem e perseguissem ao arripio dos direitos fundamentais. Alegam ainda que, se é verdade que não houve *impeachment*, também é verdade que uma grande maioria no parlamento votou pela destituição do presidente, o que seria legítimo em virtude dos problemas que o país atravessava no momento. Não é despidendo lembrar que a Corte Constitucional não criticou os procedimentos que culminaram na saída de Yanukovich. Ademais, quem assumiu o poder após o afastamento do presidente foi um político designado pelo parlamento, que se concentrou em garantir a realização das eleições de 2014<sup>43</sup>.

Portanto, o caso não é tão claro, e se houve golpe, este com certeza não instituiu uma ditadura e não gerou um banho de sangue. Desta forma, não parece que outros países tenham legitimidade para intervir na Ucrânia, ainda que às encobertas, sem mandato específico do Conselho de Segurança das Nações Unidas para tal, ou sem amparo da legítima defesa como definida no art. 51 da Carta da ONU. Em relação à

---

a deveres internacionais, que limitam os poderes dos Estados, são eles referíveis ao exercício da competência territorial: (a) não-ingerência nos negócios internos de outros Estados; (b) estabelecimento de restrições a atividades que importam utilização imoderada dos respectivos territórios; e (c) exercício da competência sobre pessoas e bens sob a jurisdição dos Estados.” SOARES, Guido F.S. Curso de Direito Internacional Público, vol. 1, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2004, pag. 146.

<sup>43</sup> As quais foram devidamente realizadas em 25 de maio de 2014, resultando na vitória de Petro Poroshenko.

Crimeia, é preciso lembrar que o direito internacional não apoia nem condena processos de secessão estatal enquanto tais, limitando-se a considerar a secessão, se bem sucedida, como um fato. Os habitantes russófonos da península poderiam reivindicar sua independência. E mesmo se o fizessem com o recurso às armas, ainda assim estar-se-ia diante de uma guerra civil, na qual o principal dever de terceiros Estados é a não intervenção<sup>44</sup>. O que é vedado, contudo, é a intervenção ativa de outro país no conflito interno<sup>45</sup>. *In casu*, parece evidente que os rebeldes – que não contam com o apoio da população de origem tártara, minoria significativa na Crimeia – seriam facilmente derrotados pelo poder central. O envolvimento russo foi responsável por promover e viabilizar a luta dos separatistas.

Assim, o primeiro argumento esgrimido em favor dos movimentos de autodefesa cai por terra: ainda que se possa admitir que a deposição de Yanukovych tenha sido ilegal, ela não pode ser tomada como pretexto para uma intervenção. E por mais que a luta dos habitantes russo-ucranianos da Crimeia por sua independência não seja proibida pelo direito internacional, é evidente que, até fevereiro de 2014, tal território pertencia à Ucrânia, e o apoio russo aos insurgentes consistiu em uma indevida interferência em assuntos internos e na violação da integridade territorial ucraniana.

Em relação à autodeterminação dos povos, tem-se que a invocação de tal princípio não parece útil no caso. É amplamente reconhecido que a integridade territorial constitui um limite ao exercício do direito à autodeterminação. Corre neste sentido a Declaração sobre Princípios do Direito Internacional concernentes às Relações Amistosas e à Cooperação entre os Estados de acordo com a Carta das Nações Unidas<sup>46</sup>, resolução adotada pela Assembleia Geral da ONU sem voto em contrário e que é considerada um repositório dos princípios de direito internacional acerca da autodeterminação. Ao mencionar tal direito dos povos, a Declaração faz logo a seguir uma ressalva afirmando:

---

<sup>44</sup> KOLB, Robert e HYDE, Richard. *An Introduction to the International Law of Armed Conflicts*. Portland, Oregon: Hart Publishing, 2008, pags. 278-279.

<sup>45</sup> “*Si en revanche elle [l’ingérence] consiste en une pression visant à influencer l’État qui la subit, elle est jugée illicite, mais seulement dans des cas-limites ou dans ses formes extrêmes: lorsqu’elle aboutit à le priver d’un droit et non d’une faveur (et qu’elle consiste par conséquent pour son auteur à violer une obligation et non à user discrétionnairement de ses pouvoirs légaux), ou lorsqu’elle vise à porter atteinte à la stabilité de son gouvernement par une aide à des rebelles qui cherchent à le renverser*”. COMBACAU, Jean e SUR, Serge. *Droit international public*, 7<sup>a</sup> ed. Paris: Montchrestien, 2006, pag. 264 (grifos acrescentados).

<sup>46</sup> Resolução 2625 da Assembleia Geral da ONU, de 1970. Disponível em: < <http://www.un-documents.net/a25r2625.htm> >. Acesso em: 22.jan.2015.

*Nothing in the foregoing paragraphs shall be construed as authorizing or encouraging any action which would dismember or impair, totally or in part, the territorial integrity or political unity of sovereign and independent States conducting themselves in compliance with the principle of equal rights and self-determination of peoples as described above and thus possessed of a government representing the whole people belonging to the territory without distinction as to race, creed or colour.*

Isto é, desde que não se trate de um governo colonial ou racista, seus súditos não podem reivindicar a autodeterminação para se separarem do restante do país. O direito dos habitantes da Crimeia se realizaria na chamada “autodeterminação interna”, composta por políticas como promoção da língua e cultura próprias, respeito aos direitos dos pertencentes a minorias e algum grau de autonomia política. Frise-se que a Crimeia é a única entidade dentro da Ucrânia a gozar do *status* de “república autônoma” desde a fundação do país<sup>47</sup>. É importante lembrar que a população da Ucrânia também possui um direito de autodeterminação, o qual inclui o direito de não ver seu território dividido por procedimentos contrários à lei do país ou por intervenção estrangeira<sup>48</sup>. Desta forma, não é possível alegar autodeterminação para justificar o apoio externo às pretensões dos separatistas da Crimeia.

O argumento de sabor histórico tampouco auxilia a causa da Rússia e Crimeia. O fato de a transferência da Crimeia para a Ucrânia ter ocorrido sem consulta à população local perde força quando se considera que esta não era a praxe no sistema soviético. Mais importante que isso, contudo, é a aceitação explícita por parte da Rússia das fronteiras ucranianas, incluindo a península, desde 1991. Tal reconhecimento foi admitido pelo presidente Putin<sup>49</sup> ainda em março de 2014. Além disso, Rússia e Ucrânia assinaram diversos tratados que garantiam a inviolabilidade de seus respectivos territórios como se encontravam então. Dentre estes, pode-se citar primeiramente o Memorando de Budapeste, um documento assinado entre os chefes de Estado dos EUA, da Rússia e do Reino Unido e o governo da Ucrânia quando da adesão deste país ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear em 1994. Com seu ingresso no TNP, a Ucrânia

---

<sup>47</sup> Dados do CIA World Factbook, disponível em < <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/up.html> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>48</sup> BORGEM, Chris. Can Crimea Secede by Referendum? Postagem no blog Opinio Juris, disponível em < <http://opiniojuris.org/2014/03/06/can-crimea-secede-referendum/> >. Acesso em: 22.jan.2015. Também é preciso lembrar dos cidadãos ucranianos residentes na Crimeia que não quiseram adotar a nacionalidade russa após a anexação, os quais terão, pela legislação russa geral sobre estrangeiros, um prazo de 90 dias para deixar o território russo. Ver em: OSCE. Human Rights Assessment Mission in Ukraine: Human Rights and Minority Rights Situation, pags. 118 ss. Disponível em < <http://www.osce.org/odihr/118476?download=true> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>49</sup> PUTIN, op.cit.

abriu mão de seu arsenal nuclear, que foi transferido à Rússia. Como garantia correspondente, as potências mencionadas concluíram com o país europeu o citado memorando<sup>50</sup>, pelo qual aquelas se comprometem a “respeitar a independência e soberania e as fronteiras atuais da Ucrânia”<sup>51</sup>, além de reafirmar “sua obrigação de abster-se da ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política da Ucrânia”<sup>52</sup>. Tal instrumento foi reafirmado pela Rússia e pelos EUA em uma declaração conjunta em 2009<sup>53</sup>. É interessante estudar a natureza jurídica do Memorando de Budapeste para saber se o mesmo constitui uma fonte de direitos e obrigações entre os signatários. A letra das disposições acima citadas parece indicar uma intenção das partes de se obrigar com a garantia da integridade territorial ucraniana, ao menos em relação a suas próprias condutas<sup>54</sup>. O Memorando é mais indefinido ao tratar de agressões por parte de terceiros Estados. Enquanto não há obrigação de intervir para proteger a Ucrânia de qualquer ataque externo, os Estados autores do documento manifestaram seu propósito de não violar a soberania daquele país. Em relação a si mesmos, portanto, o documento parece vinculante. Tal intenção é confirmada pelo teor da Declaração Conjunta de 2009, na qual dois dos signatários do Memorando de Budapeste afirmam, sobre a Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão<sup>55</sup>:

*The fulfillment by these states of their obligations under the Protocol to the START Treaty of May 23, 1992, (Lisbon Protocol) and their accession to the NPT as non-nuclear-weapon states, strengthened their security, which was reflected, inter alia, in the Budapest Memoranda of December 5, 1994.*

A linguagem parece denotar uma correspondência entre a ação de entrega do arsenal nuclear e a proteção afirmada pelas superpotências nucleares restantes.

---

<sup>50</sup> O Memorando de Budapeste sobre Garantias de Segurança, de 1994, pode ser visto em < <http://www.cfr.org/arms-control-disarmament-and-nonproliferation/budapest-memorandums-security-assurances-1994/p32484> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>51</sup> Memorando de Budapeste, art. 1º. “*The Russian Federation, the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and the United States of America reaffirm their commitment to Ukraine, in accordance with the principles of the Final Act of the Conference on Security and Cooperation in Europe, to respect the independence and sovereignty and the existing borders of Ukraine.*”

<sup>52</sup> Memorando de Budapeste, art. 2º. “*The Russian Federation, the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and the United States of America reaffirm their obligation to refrain from the threat or use of force against the territorial integrity or political independence of Ukraine, and that none of their weapons will ever be used against Ukraine except in self-defence or otherwise in accordance with the Charter of the United Nations.*”

<sup>53</sup> U.S.-Russia Joint Statement on Expiration of the START Treaty. Disponível em: < <http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2009/dec/133204.htm> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>54</sup> Neste sentido: BLOCKMANS, Steven. Russia and the Budapest memorandum. Artigo veiculado pelo portal “euobserver”, disponível em: < <http://euobserver.com/opinion/123375> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>55</sup> EUA, Rússia e Reino Unido haviam assinado um memorando em Budapeste com cada um destes três herdeiros do arsenal nuclear soviético. Ver em < [http://www.exportlawblog.com/docs/security\\_assurances.pdf](http://www.exportlawblog.com/docs/security_assurances.pdf) >.



Outro compromisso internacional que garante a soberania ucraniana sobre seu território como definido desde a independência em 1991 é o Acordo sobre a Frota do Mar Negro, firmado entre Rússia e Ucrânia em 1997<sup>56</sup>, após anos de divergências acerca da administração da presença russa nas antigas bases navais soviéticas no litoral da Crimeia. Neste tratado, que regula as condições nas quais os russos continuarão de posse das bases navais, afirma-se:

*Military formations carry out their activity at stationing locations in accordance with Russian Federation legislation, respect Ukraine's sovereignty, abide by its legislation, and do not allow interference in Ukraine's internal affairs.*<sup>57</sup>

Por fim, vale citar o Tratado de Amizade, Cooperação e Parceria entre a Ucrânia e a Federação Russa, de 1997<sup>58</sup>, além da obrigação dos dois Estados com os princípios declarados na Ata Final da Conferência sobre Segurança e Desarmamento na Europa (Ata de Helsinque), de 1975<sup>59</sup>. Entre tais declarações, pode-se ver:

*The participating States regard as inviolable all one another's frontiers as well as the frontiers of all States in Europe and therefore they will refrain now and in the future from assaulting these frontiers. Accordingly, they will also refrain from any demand for, or act of, seizure and usurpation of part or all of the territory of any participating State.*<sup>60</sup>

A Rússia encontra-se vinculada a tal documento como sucessora da URSS. Além disso, os dois países integram a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), sucessora da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, que foi por sua vez fundada com a aprovação da Ata de Helsinque<sup>61</sup>. Portanto, Rússia e Ucrânia se encontram obrigadas pelos princípios ali expostos e não podem promover alterações territoriais pela força.

Não assiste melhor sorte ao argumento atinente à violação dos direitos da minoria russa na Ucrânia como justificativa para a intervenção e a atuação das forças de autodefesa. Hoje, a proteção de nacionais no exterior está longe de ser pacificamente aceita como motivo para desconsiderar a integridade territorial de outro Estado, muito

---

<sup>56</sup> Trechos em inglês disponíveis em <http://ericposner.com/the-1997-black-sea-fleet-agreement-between-russia-and-ukraine/>. Acesso em: 13.fev.2015.

<sup>57</sup> Acordo sobre a Frota do Mar Negro, art. 6º.

<sup>58</sup> KIMBALL, Spencer. Bound by treaty: Russia, Ukraine and Crimea. Notícia veiculada pela Deutsche Welle em 11.mar.2014, disponível em: < <http://www.dw.de/bound-by-treaty-russia-ukraine-and-crimea/a-17487632> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>59</sup> CONFERÊNCIA SOBRE A SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NA EUROPA. Ata Final. Disponível (em inglês) em: < <http://www.osce.org/mc/39501?download=true> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>60</sup> Ata de Helsinque, Princípio 3º.

<sup>61</sup> Ver breve histórico em OSCE. What is the OSCE? Disponível em: < <http://www.osce.org/secretariat/35775?download=true> >. Acesso em: 13.fev.2014.

menos para uma intervenção nos assuntos domésticos. A relação da proteção de compatriotas no exterior com a legítima defesa permitida pelo art. 51 da Carta da ONU é, na melhor das hipóteses, controversa<sup>62</sup>. A prática estatal não mostra muitos exemplos e, nos poucos casos em que se alegou a proteção de nacionais como causa legitimadora da intervenção, isto foi criticado pela comunidade internacional como uma desculpa para políticas imperialistas. Seja como for, é evidente que, mesmo admitindo em tese a licitude de uma intervenção em defesa de nacionais ameaçados em um Estado estrangeiro, o princípio cardinal da proporcionalidade precisa ser respeitado. O uso da força deve ser o último recurso, e toda saída diplomática deve ter sido comprovadamente ineficaz.

Ora, a situação na Crimeia no início de 2014 não constituía uma emergência da magnitude necessária a justificar uma intervenção violenta no território ucraniano. É o que se depreende do relatório da OSCE sobre a situação dos direitos humanos das minorias na Ucrânia<sup>63</sup>, no qual não se leem preocupações com crimes de sangue ou perseguições sistemáticas. A grande preocupação em relação à minoria russófona do país do leste europeu parece ser a aprovação de uma lei específica protegendo a língua russa nos âmbitos educacional e administrativo<sup>64</sup>. Dificilmente este é um problema que clama por uma solução emergencial envolvendo a força. No mesmo sentido manifestou-se o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, afirmando que, embora o ambiente conflagrado da Ucrânia conduza a diversas violações de direitos humanos, a comunidade russa não tem sido especialmente visada<sup>65</sup>.

A respeito, vale ressaltar a apreciável diferença entre o caso em tela e a situação do Kosovo, mencionada pelo presidente russo Putin para atacar os Estados ocidentais que apoiavam a Ucrânia. No Kosovo apresentavam-se situações dramáticas de violações dos direitos humanos de um grupo étnico específico, que era alvejado pelo governo

---

<sup>62</sup> ETEZAZIAN, Sina. The Crisis in Crimea – The Protection of Nationals Abroad and the Legality of Ukraine’s Possible Use of Force in Self-Defense. Postagem no blog *Opinio Juris*, disponível em: < <http://opiniojuris.org/2014/03/09/ukraine-insta-symposium-crisis-crimea-protection-nationals-abroad-legality-ukraines-possible-use-force-self-defense/> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>63</sup> OSCE. Human Rights Assessment Mission in Ukraine: Human Rights and Minority Rights Situation. Disponível em: < <http://www.osce.org/odihr/118476?download=true> >. Acesso em: 22.jan.2015.

<sup>64</sup> *Idem*, pags. 91-121.

<sup>65</sup> “It is widely assessed that while there were some attacks against the ethnic Russian community, these were neither systematic nor widespread. There are also allegations that some participants in the protests and clashes in eastern Ukraine were not from the region, and that some had come from the Russian Federation.” ONU. Ukraine: Misinformation, propaganda and incitement to hatred need to be urgently countered – UN human rights report. Notícia veiculada em 15.abr.2014, disponível em < <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=14511&LangID=E> >. Acesso em: 22.jan.2015.

iugoslavo. Neste sentido, e tendo em vista a longa duração das privações a que a minoria albanesa era submetida, os Estados membros da OTAN optaram pela chamada “intervenção humanitária” contra Belgrado, enquanto que a ONU apoiou o itinerário kosovar rumo à independência em 2008, entendendo que tal medida seria o único meio efetivo de proteção dos direitos humanos dos kosovares de etnia albanesa, maioria na região. O caso do Kosovo e a legitimidade de sua independência são controversos, porém o contexto fático é bastante diverso do que se vê na Crimeia<sup>66</sup>. Portanto, se nos Balcãs a correção da secessão ainda é debatida, tal opção é muito menos aceitável no caso da península do Mar Negro.

Resta analisar o argumento da intervenção a pedido. A questão aqui é saber se um governo com pouco ou nenhum controle sobre o território seria legítimo para solicitar uma intervenção estrangeira em seu Estado. A princípio, o direito internacional evita manifestar-se sobre a legitimidade de governos que disputam o controle sobre um certo território, adotando como critério decisivo a efetividade do governo<sup>67</sup>. A prática estatal recente tem demonstrado que o respeito a valores democráticos vem sendo empregado como critério decisivo quando o outro lado é claramente ditatorial<sup>68</sup>. Perante este cenário, a situação na Ucrânia apresenta duas especificidades: Quem pediu a intervenção foi um presidente deposto que já estava fora do país, portanto sem controle sobre qualquer parcela territorial. Além disso, como já explicado, a deposição de Yanukovich não reuniu os requisitos clássicos de um golpe de Estado, situando-se em uma zona cinzenta. Sendo assim, o governante deposto já não falava pela Ucrânia quando pediu o auxílio russo que não pode, por conseguinte, ser justificado.

#### 4 Conclusão

---

<sup>66</sup> BILYCH et al., op.cit., pags. 26-27.

<sup>67</sup> Nos casos em que os dois regimes concorrentes mantêm o mesmo grau de efetividade durante muito tempo, ou em que uma entidade regional consegue permanecer em sua base territorial, a prática estatal tem adotado o instituto do reconhecimento de governo, pelo qual os Estados ficam livres para reconhecer qualquer dos líderes em disputa como legítimos.

<sup>68</sup> FOX, Gregory H. Intervention in the Ukraine by Invitation. Postagem no blog *Opinio Juris*, disponível em < <http://opiniojuris.org/2014/03/10/ukraine-insta-symposium-intervention-ukraine-invitation/> >. Acesso em: 22.jan.2015. Tal busca de legitimidade não deve ser superestimada: “Em lugar da legitimidade – ou da ortodoxa legitimidade, que nunca prescinde do voto universal e livre, em circunstâncias que proporcionem ao povo escolha verdadeira entre modelos e tendências políticas – tem-se nas últimas décadas perquirido apenas a efetividade do regime instaurado à revelia dos moldes constitucionais. [...] Neste caso o novo governo é efetivo e deve ser reconhecido, num mundo onde a busca da legitimidade ortodoxa talvez importasse bom número de decepções.” REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público – Curso Elementar*, 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014, pags. 275-276.

Esta análise demonstra que a atuação das forças de autodefesa da Crimeia constituiu um problema interno da Ucrânia, e que a Rússia não poderia ter intervindo em defesa destas organizações. Portanto, este último Estado deverá ser responsabilizado por todos os danos sofridos pela Ucrânia e por sua população devido à perda da Crimeia e aos eventos violentos que a antecederam.

Quase setenta anos após a formulação do art. 2º § 7º da Carta da ONU, a relação entre âmbito doméstico e interesse internacional segue problemática e dependente de critérios prudenciais para ser bem determinada. Não há dúvidas de que a sucessão presidencial de 2014 não foi a melhor hora do direito constitucional ucraniano. Por outro lado, também não parece discutível que nenhum Estado pode atuar como inspetor das normas internas alheias. Enquanto não se provar que graves violações aos direitos humanos contra algum grupo civil ocorreram na Ucrânia, tentativas de intervenção externa não estarão amparadas por qualquer princípio do direito internacional. A melhor solução para a crise que se arrasta<sup>69</sup> parece estar em uma maior tolerância para com as circunstâncias excepcionais atravessadas pela Ucrânia, ao invés de aproveitar todo e qualquer indício de ilegalidade para fazer uso da força.

## Referências

AFP. Russian special forces on Crimea frontline: experts. Notícia veiculada em 04.mar.2014, disponível em: <http://gulfnews.com/news/world/other-world/russian-special-forces-on-crimea-frontline-experts-1.1299168>. Acesso em: 22.jan.2015.

ALJAZEERA. Pro-Ukraine activists attacked in Crimea. Notícia veiculada em 09.mar.2014, disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/europe/2014/03/pro-ukraine-activists-attacked-crimea-201439162353480960.html>. Acesso em: 22.jan.2015.

BBC. Ukraine crisis: Putin signs Russia-Crimea treaty. Notícia veiculada em 18.mar.2014, disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-26630062>. Acesso em: 22.jan.2015.

BBC. Ukraine crisis: ‘Russians’ occupy Crimea airports. Notícia veiculada em 28.fev.2014, disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-26379722>. Acesso em: 22.jan.2015.

BBC. Ukraine President Yanukovich sacks army chief amid crisis. Notícia veiculada em 19.fev.2014, disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-26265808>. Acesso em: 22.jan.2015.

---

<sup>69</sup> Embora pareça ser tarde demais para a Crimeia, acredita-se que a conclusão alcançada neste estudo seja pertinente para as regiões orientais da Ucrânia, que enfrentam a atuação de manifestantes amparados ou comandados pela Rússia. Outros Estados de passado soviético e que apresentam disputas territoriais, como Geórgia e Moldávia, também deveriam ser julgadas pelo critério de tolerância aqui estabelecido, ao invés de permitir-se que uma potência regional se arrogue direitos “supra-soberanos” neste âmbito.

BERRY, Lynn. Putin Admits Russian Soldiers Were In Crimea, Slams West For Role In Ukraine Crisis. The Huffington Post. 17.abr.2014. Disponível em: < [http://www.huffingtonpost.com/2014/04/17/putin-ukraine\\_n\\_5165913.html](http://www.huffingtonpost.com/2014/04/17/putin-ukraine_n_5165913.html) >. Acesso em: 13.fev.2015.

BILYCH et al. The Crisis in Ukraine: Its Legal Dimensions. Relatório produzido pela ONG Razom, disponível em: <http://razomforukraine.org/report>. Acesso em: 22.jan.2015.

BLOCKMANS, Steven. Russia and the Budapest memorandum. Artigo veiculado pelo portal “euobserver”, disponível em <http://euobserver.com/opinion/123375>. Acesso em: 22.jan.2015.

BORGEN, Chris. Can Crimea Secede by Referendum? Postagem no blog Opinio Juris, disponível em <http://opiniojuris.org/2014/03/06/can-crimea-secede-referendum/>. Acesso em: 22.jan.2015.

COMBACAU, Jean e SUR, Serge. Droit international public, 7<sup>a</sup> ed. Paris: Montchrestien, 2006.

COMISSÃO DE VENEZA. Opinion on the Constitutional Situation in Ukraine, disponível em: [http://www.venice.coe.int/webforms/documents/default.aspx?pdffile=CDL-AD\(2010\)044-e](http://www.venice.coe.int/webforms/documents/default.aspx?pdffile=CDL-AD(2010)044-e). Acesso em: 22.jan.2015.

CONFERÊNCIA SOBRE A SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NA EUROPA. Ata Final. Disponível (em inglês) em: < <http://www.osce.org/mc/39501?download=true> >. Acesso em: 22.jan.2015.

DINSTEIN, Yoram. War, Aggression and Self-Defence. 5. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

ETEZAZIAN, Sina. The Crisis in Crimea – The Protection of Nationals Abroad and the Legality of Ukraine’s Possible Use of Force in Self-Defense. Postagem no blog Opinio Juris, disponível em <http://opiniojuris.org/2014/03/09/ukraine-insta-symposium-crisis-crimea-protection-nationals-abroad-legality-ukraines-possible-use-force-self-defense/>. Acesso em: 22.jan.2015.

EUA. U.S.-Russia Joint Statement on Expiration of the START Treaty. Declaração conjunta disponível em <http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2009/dec/133204.htm>. Acesso em: 22.jan.2015.

EXPORT LAW BLOG. Security Assurances. Disponível em: < [http://www.exportlawblog.com/docs/security\\_assurances.pdf](http://www.exportlawblog.com/docs/security_assurances.pdf) >. Acesso em: 13.fev.2015.

FOX, Gregory H. Intervention in the Ukraine by Invitation. Postagem no blog Opinio Juris, disponível em <http://opiniojuris.org/2014/03/10/ukraine-insta-symposium-intervention-ukraine-invitation/>. Acesso em: 22.jan.2015.

GREGORY, Paul Roderick. Putin's 'Human Rights Council' Accidentally Posts Real Crimean Election Results. Notícia veiculada pela Forbes em 05.05.2014, disponível em: <http://www.forbes.com/sites/paulroderickgregory/2014/05/05/putins-human-rights-council-accidentally-posts-real-crimean-election-results-only-15-voted-for-annexation/>. Acesso em: 22.jan.2015.

GUMUCHIAN, Marie-Louise e BUTENKO, Victoria. Ukraine orders Crimea troop withdrawal as Russia seizes naval base. Notícia veiculada pela CNN em 25.mar.2014,

disponível em <http://edition.cnn.com/2014/03/24/world/europe/ukraine-crisis/>. Acesso em: 22.jan.2015.

HILLE, Kathryn. Vladimir Putin signs treaty to annex Crimea. Notícia veiculada no Financial Times, edição online de 18.mar.2014, disponível em: <http://www.ft.com/cms/s/0/d93e4c7c-ae6d-11e3-8e41-00144feab7de.html#axzz33KrG4NiL>. Acesso em 22.jan.2015.

HUMAN RIGHTS WATCH. Crimea: Attacks, 'Disappearances' by Illegal Forces. Notícia veiculada em 14.mar.2014, disponível em: <http://www.hrw.org/news/2014/03/14/crimea-attacks-disappearances-illegal-forces>. Acesso em: 22.jan.2015.

KIMBALL, Spencer. Bound by treaty: Russia, Ukraine and Crimea. Notícia veiculada pela Deutsche Welle em 11.mar.2014, disponível em <http://www.dw.de/bound-by-treaty-russia-ukraine-and-crimea/a-17487632>. Acesso em: 22.jan.2015.

KOLB, Robert; HYDE, Richard. An Introduction to the International Law of Armed Conflicts. Portland, Oregon: Hart Publishing, 2008

KRAMER, Andrew E. Governo ucraniano rastreia celulares de manifestantes. Notícia veiculada na Folha de São Paulo, edição online de 21.jan.2014, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/01/1400953-governo-ucraniano-rastreia-celulares-de-manifestantes.shtml>. Acesso em: 22.jan.2015.

LENTA.RU. Чуркин сообщил об обращении Януковича к Путину. Notícia veiculada em 04.mar.2014, disponível em <http://lenta.ru/news/2014/03/04/yanukovich/>. Acesso em 22.jan.2015.

MAMLYUK, Boris N. Intervention and Colonialism as Responses to Alleged Fascism. Postagem no blog Opinio Juris, disponível em <http://opiniojuris.org/2014/03/17/ukraine-insta-symposium-intervention-colonialism-responses-alleged-fascism/>. Acesso em: 22.jan.2015.

MAMLYUK, Boris N. Mapping Developments in Ukraine from the Perspective of International Law. Postagem no blog do Cambridge Journal of International and Comparative Law, disponível em <http://cjlcl.org.uk/2014/03/12/mapping-developments-ukraine-perspective-international-law/>. Acesso em: 22.jan.2015.

MELLO, Celso R.D.A. Curso de Direito Internacional Público, vol. II, 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MINORITIES AT RISK PROJECT. Chronology for Crimean Russians in Ukraine, 2004. Disponível em: < <http://www.refworld.org/docid/469f38ec2.html> >. Acesso em: 13.fev.2015.

NOLTE, Georg. Intervention by Invitation. In: WOLFRUM, Rüdiger (org.) Max Planck Encyclopedia of Public International Law, disponível em <http://opil.ouplaw.com/view/10.1093/law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e1702?rskey=UZxXqA&result=2&prd=EPIL>, acesso em: 22.jan.2015.

OETER, Stefan. Self-determination. In: SIMMA, Bruno et al. (orgs.) The Charter of the United Nations: A Commentary, vol. I. Nova York: Oxford University Press, 2012

ONU. General Assembly adopts resolution calling upon states not to recognize changes in status of Crimea region. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2014/ga11493.doc.htm>. Acesso em: 22.jan.2015.

ONU. Relatório S/PV.7124 sobre a 7124ª reunião do Conselho de Segurança. Disponível em [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/PV.7124](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.7124), acesso em 22.jan.2015.

ONU. The human rights normative framework. Disponível em [http://www.un.org/en/globalissues/democracy/human\\_rights.shtml](http://www.un.org/en/globalissues/democracy/human_rights.shtml). Acesso em 22.jan.2015.

ONU. Ukraine: Misinformation, propaganda and incitement to hatred need to be urgently countered – UN human rights report. Notícia veiculada em 15.abr.2014, disponível em <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=14511&LangID=E>. Acesso em: 22.jan.2015.

OSCE. Human Rights Assessment Mission in Ukraine: Human Rights and Minority Rights Situation. Disponível em <http://www.osce.org/odihr/118476?download=true>. Acesso em: 22.jan.2015.

OSCE. What is the OSCE? Disponível em: < <http://www.osce.org/secretariat/35775?download=true> >. Acesso em: 13.fev.2014.

POSNER, Eric. The 1997 Black Sea Fleet Agreement between Russia and Ukraine. Postagem no blog do autor. Disponível em: < <http://ericposner.com/the-1997-black-sea-fleet-agreement-between-russia-and-ukraine/> >. Acesso em: 13.fev.2015.

PUTIN, Vladimir V. Address by President of the Russian Federation (sic). Discurso proferido no Kremlin em 18.mar.2014, disponível (tradução em inglês) em <http://eng.kremlin.ru/news/6889>. Acesso em: 22.jan.2015.

QUIGLEY, John. Finding a Way Forward for Crimea. Postagem no blog do Cambridge Journal of International and Comparative Law, disponível em <http://cjcicl.org.uk/2014/03/05/john-quigley-finding-way-forward-crimea/>. Acesso em: 22.jan.2015.

REZEK, Francisco. Direito Internacional Público – Curso Elementar. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RT. Crimea declares independence, seeks UN recognition. Notícia veiculada em 17.mar.2014, disponível em: <http://rt.com/news/crimea-referendum-results-official-250/>. Acesso em: 22.jan.2015.

RT. Putin acknowledges Russian military servicemen were in Crimea. Notícia veiculada em 17.abr.2014, disponível em: <http://rt.com/news/crimea-defense-russian-soldiers-108/>. Acesso em: 22.jan.2015.

RT.COM. Ukrainian police violently eject pro-EU protesters from Kiev square. Notícia de 30.nov.2013, disponível em <http://rt.com/news/ukraine-police-disperse-protest-509/>. Acesso em: 22.jan.2015.

SINDELAR, Daisy. Was Yanukovich's Ouster Constitutional? Notícia veiculada pela Radio Free Europe – Radio Liberty em 01.jun.2014, disponível em: <http://www.rferl.org/content/was-yanukovichs-ouster-constitutional/25274346.html>. Acesso em: 22.jan.2015.

SOARES, Guido F.S. Curso de Direito Internacional Público, vol. 1, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.